

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região**ATA DE REUNIÃO Nº 05/2019****1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO****Nome:** Grupo Gestor de Metas**Coordenador:** Desembargador Paulo José Ribeiro Mota**2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO****Data:** 30/07/2019 **Hora:** 10h **Local:** Edf. Sede**Tipo de reunião:** Reunião de acompanhamento**3. PARTICIPANTES**

Nome	Lotação
Des. Paulo José Ribeiro Mota	13ª Turma
Gustavo Miranda da Silva	Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores
Leandra Maria Leal de Sant'Anna	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos
Patrícia Andrade Castro Carvalho	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos

4. PAUTA

- Analisar os resultados obtidos na Consulta Pública de Metas Nacionais para 2020 e acompanhamento das Metas.

5. DISCUSSÕES

O Des. Paulo Mota, Gestor de Metas Regional, iniciou a reunião agradecendo a presença dos presentes e passou a palavra para o Diretor Gustavo que apresentou a síntese dos resultados da Consulta Pública das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2020.

O Diretor esclareceu que, quanto ao Público Interno (magistrados de 1º e 2º Graus, servidores 1º e 2º Graus e servidores do Administrativo), a pesquisa teve 801 (oitocentos e um) respondentes e pontuou o acréscimo de respostas em relação ao ano de 2018, que teve a quantidade de 93 (noventa e três) respondentes.

Quanto ao Público Externo, o Diretor informou que 110 (cento e dez) pessoas responderam e que, em 2018, o resultado foi um pouco maior, com 127 (cento e vinte e sete) respondentes.

O Diretor Gustavo considerou a participação do público interno e externo positiva e ponderou a importância da dilação do prazo para o envio das respostas, a divulgação da matéria realizada pela Secretaria de Comunicação e o encaminhamento do Ofício pela Vice-Presidente Administrativa, Des.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Jucirema, solicitando a participação dos servidores e magistrados na Consulta Pública Proposta Inicial de Metas Nacionais para 2020.

Diante dos resultados apresentados, o Des. Paulo sugeriu que, para o ano 2020, seja realizado um trabalho de circulação e comunicação com Público Externo, o que seria realizado pela Secretaria de Comunicação. O Desembargador se dispôs a conversar com a Vice-Presidente para verificar a possibilidade do trabalho a ser realizado junto à Secretaria de Comunicação. Ademais, o Des considerou a possibilidade de instalar totens de autoatendimento na sala dos advogados, com o objetivo de facilitar e aumentar a resposta do Público Externo.

Quanto às Metas submetidas à Consulta Pública, o Diretor Gustavo explanou a respeito do Grau de Conhecimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, respondida apenas por servidores, e salientou que, como resultado, verificou-se que 54,5% dos servidores não conhecem as Metas Nacionais do Poder Judiciário; 29,5% conhecem e 16,0% tem contato.

O Diretor Gustavo esclareceu que, em comparação ao ano de 2018, o número de pessoas que não conhecem as Metas Nacionais foi maior. No entanto, ponderou que o número de respondentes foi bem superior ao ano passado. O Diretor considerou válido realizar um trabalho de acesso ao Portal da Transparência e informou que o Tribunal de Minas realizou um projeto de atuação mais próxima com as Varas do Trabalho.

O Des. Paulo ressaltou a necessidade de divulgação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) de forma que as pessoas compreendam o que consta no documento. Destacou que o leitor precisa absorver o entendimento para participar de maneira efetiva nas Consultas Públicas. Além disso, considerou válido que a divulgação do PEI seja um assunto a ser tratado na próxima RAE, para que seja ponderado um trabalho, junto à SECOM, de divulgação, compreensão e transparência do documento.

O Diretor Gustavo informou que, da última reunião até a presente data, não houve alteração nos resultados das Metas Nacionais.

O Desembargador ponderou a respeito da Meta Específica 1 e esclareceu que, atualmente, há dois juízes por Vara do Trabalho e que a quantidade de processos julgados aumentou consideravelmente na 2ª Instância. Além disso, questionou sobre a possibilidade de utilizarmos no nosso PEI um valor de meta diferente do utilizado pelo CNJ.

A Diretora Leandra informou a respeito do processo participativo para a construção da estratégia do Judiciário Nacional e o início da elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026.

O Des. Paulo ponderou a necessidade de se realizar uma reunião para análise dos indicadores e alinhamento das demandas a serem apresentadas na Reunião de Análise Estratégica (RAE), o que foi acatado pelos presentes.

O Desembargador encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região**6. ENCAMINHAMENTOS**

Ação/medida a ser tomada	Responsável	Data
Incluir na pauta da próxima RAE: 1. Discussão sobre a Meta Específica (2º Grau) e 2. Grau de conhecimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário – Consulta Pública PIME 2020 – sugestão de maior divulgação e transparência (SECOM).	Des. Paulo Mota/ Gustavo	29/08/2019
Conversar com a Desembargadora Jucirema a respeito da possibilidade do trabalho de publicidade do PEI e das Metas Nacionais, a ser realizado pela Secretaria de Comunicação.	Des. Paulo Mota	

7. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: 27 de agosto de 2019, às 10h, Gabinete do Des. Paulo Mota.

8. ASSINATURA

Nome	Assinatura
Des. Paulo José Ribeiro Mota	

